

Regina pode ser demitida

BRASÍLIA — A renúncia do ex-senador José Roberto Arruda não muda em nada o destino da ex-diretora do Prodasen Regina Borges. Ela está nas mãos da engenheira Paula Cunha Miranda, presidente da comissão que investiga os funcionários que violaram o painel do Senado na sessão que cassou o senador Luiz Estevão, em junho do ano passado. "A situação de Regina continua a mesma. A questão não foi definida", afirma Paula Miranda, que preside a secretaria administrativa do Senado.

Ontem, o primeiro-secretário do Senado, Carlos Wilson (PPS-PE), confirmou para a próxima semana o depoimento dos funcionários do Prodasen que violaram o painel.

Além de Regina, vão depor seu marido, Ivar Ferreira, e o operador Heitor Ledur. Como subsídio para fixar a punição, a comissão receberá o relatório final do Conselho de Ética, que propôs a cassação de Arruda e de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Regina e os demais funcionários do Prodasen podem ser punidos por descumprir o artigo 116 do Regime Jurídico Único do Servidor Federal no quesito que proíbe o cumprimento de ordens ilegais dos superiores. As penalidades vão desde uma simples advertência até a demissão com cassação da aposentadoria. Paula já avisou que a hipótese de absolvição está descartada. "Os funcionários confessaram. O cerne dessa questão é que eles cumpriram ordens ilegais", explicou.

Regina Borges deverá receber uma pena maior do que os outros servidores. Ela pode até ser demitida e processada na Justiça por improbidade administrativa.